



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**TRIBUNAL SUPREMO**  
**2ª Secção Cível Laboral**

**Processo nº 27/25-L**, Recurso de Agravo na 2ª Instância

**Agravante:** Eletricidade de Moçambique, E.P.

**Agravado:** Tomás Francisco Meleco

**Relatora:** Felicidade Sandra Machatine Ten Jua

***Sumário:***

- *As normas subsidiárias não se aplicam, quando sejam incompatíveis com os princípios gerais do direito processual do trabalho ou com a sua índole especial.*
- *Ao fixar a alçada dos Tribunais de Trabalho no artigo 6º da Lei nº 4/2021, de 5 de Maio, Lei dos Tribunais de Trabalho que altera e republica a Lei nº 10/2018, de 30 de Agosto, o legislador não quis estabelecer qualquer limite à recorribilidade das decisões.*
- *O termo alçada foi usado no seu sentido técnico-processual de definição da competência dos tribunais em razão do valor, visando apenas delimitar o âmbito de actuação dos Tribunais Distritais e Provinciais em Primeira Instância.*
- *Da decisão dos tribunais de trabalho cabem recurso segundo as regras de competência em razão da hierarquia (cfr. artigo 37º da Lei nº 4/2021, de 5 de Maio, Lei dos Tribunais de Trabalho que altera e republica a Lei nº 10/2018, de 30 de Agosto).*

## ACÓRDÃO

### **1. Relatório**

**Electricidade de Moçambique, E.P.**, com os demais sinais de identificação nos presentes autos e adiante referida como Agravante, não conformada com a decisão proferida no Acórdão do Tribunal Superior de Recurso de Maputo (TSRM), constante de fls. 182, tirada nos autos de recurso nº 20/23 - 7ª, de apelação da Sentença de fls. 88 a 91, de 31 de Agosto de 2020, exarada na acção de impugnação de despedimento nº 51/2020/A, deduzida na 4ª Secção do Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo (TTCM), por **Tomás Fernando Meleco**, igualmente melhor identificado nos autos, e adiante referido como Agravado, interpôs recurso do mencionado Acórdão do TSRM, que deliberou revogar o despacho da Meritíssima Juíza da Primeira Instância, pelo qual admitiu o recurso, e constante de fls. 158 e, por conseguinte, não conhecer da apelação interposta.

Do recurso interposto pela Agravante e das alegações de fls. 189 a 193 foi notificado o Agravado a fls. 204 para, querendo, contra-alegar, tendo apresentado contra-alegações constantes de fls. 206 a 207, pugnando pela manutenção da decisão recorrida.

A fls. 227, a impugnação foi admitida pela Veneranda Juíza Desembargadora Relatora dos autos no TSRM como recurso por erro de direito, a subir nos próprios autos com efeito devolutivo. No entanto, nesta Suprema Corte, por Acórdão de fls. 139, que subscreveu a Exposição da Veneranda Juíza Conselheira Relatora, a impugnação foi recebida para ser tramitada como recurso de Agravo na 2ª Instância.

**Colhidos os Vistos legais cumpre apreciar e decidir**

### **2. Fundamentação**

Sabido que as conclusões é que delimitam o objecto do recurso, nos termos do artigo 684, nº 3 e 690º nº 1 do Código de Processo Civil (CPC), aplicáveis ao abrigo do disposto no artigo 1º, nº 3 al. a) do Código de Processo de Trabalho (CPT), passamos a transcrever as conclusões da Agravante **Electricidade de Moçambique, E.P.**, tal como foram deduzidas:

*“Das Conclusões*

- *O Tribunal Superior de Recurso de Maputo considerou a decisão irrecorrível, baseando-se no valor da causa por se mostrar inferior à alçada do Tribunal ignorando*

*por completo que, na jurisdição laboral e em particular na vigência da Lei nº 10/2018 de 30 de Agosto, a alçada serve apenas para determinar a competência dos tribunais e não a recorribilidade das decisões.*

- *O Conselho Constitucional, no Acórdão nº 11/CC/2020, clarifica que, mesmo depois da vigência da Lei nº 10/2018, de 30 de Agosto, a recorribilidade em matéria laboral não depende do valor da causa, mas sim da hierarquia dos tribunais.*
- *O direito ao recurso em matéria laboral é garantido pela Constituição e não está sujeito ao valor da causa devido à importância fundamental do direito ao trabalho.*
- *A decisão do tribunal a quo aplicou indevidamente critérios da jurisdição comum, devendo ser afastada por não se alinhar com o regime jurídico específico da jurisdição laboral.*
- *A decisão subjudice mostra-se legalmente sustentada no art.º 37 da Lei dos Tribunais de Trabalho (Lei nº 10/2018, de 30 de Agosto), que segue o regime de hierarquia dos Tribunais para efeito de recorribilidade das decisões laborais”.*

Terminou requerendo a anulação do acórdão recorrido porquanto no seu entender, o mesmo viola manifestamente o artigo 37 da Lei nº 10/2018, de 30 de Agosto que o agravo fosse julgado procedente, revogando-se, por conseguinte, o Acórdão recorrido.

Delimitado o objecto do recurso pelas conclusões oferecidas pela Agravante, a única questão a decidir é a seguinte:

#### **Decorre da decisão recorrida nulidade por**

#### **violação do artigo 37 da Lei nº 10/2018, de 30 de Agosto, Lei dos Tribunais de Trabalho?**

Antes de mais, importa referir que embora o direito processual de trabalho seja regido subsidiariamente por princípios do direito processual civil, é inegável que o processo laboral possui princípios típicos que caracterizam a sua autonomia inerente à especialidade das suas matérias.

Note-se que nas conclusões das suas alegações de recurso, a Agravante alega que o TSRM aplicou indevidamente critérios da jurisdição comum, e que a mesma deve ser afastada por não se alinhar com o regime jurídico específico da jurisdição laboral.

Ora, no que se refere a recorribilidade das decisões judiciais de jurisdição laboral, dispõe o artigo 37º da Lei nº 4/2021, de 5 de Maio, Lei dos Tribunais de Trabalho que altera e republica a Lei nº 10/2018, de 30 de Agosto, nos seguintes termos:

*“Da decisão dos tribunais de trabalho cabe recurso segundo as regras de competência em razão da hierarquia”.*

Resulta assim do texto acima transcrito que as decisões dos tribunais de jurisdição laboral são recorribéis independentemente do valor da causa.

Com efeito, ao fixar a alçada dos Tribunais de Trabalho no artigo 6º da Lei nº 4/2021, de 5 de Maio, o legislador não estabeleceu qualquer limite à recorribilidade das decisões. O termo alçada foi empregue no seu sentido técnico-processual de definição da competência dos tribunais em razão do valor, visando apenas delimitar o âmbito de actuação dos Tribunais Distritais e Provinciais em Primeira Instância.

Esta interpretação é reforçada pela própria sistemática do processo laboral moçambicano, onde historicamente a recorribilidade das decisões sempre foi determinada em função da hierarquia dos Tribunais e não do valor da causa (cfr. artigo 74º do Código do Processo de Trabalho vigente, aprovado pelo Decreto –Lei nº 45.497, de 30 de Dezembro de 1963, tornado extensivo à Moçambique pela Portaria nº 78/70, de 16 de Março de 1970; artigo 25º da Lei nº 18/92, de 14 de Outubro – Lei de Criação dos Tribunais de Trabalho e artigo 6º da Lei nº 4/2021, de 5 de Maio, Lei dos Tribunais de Trabalho que altera e republica a Lei nº 10/2018, de 30 de Agosto ).

Outrossim, em atenção à natureza especial dos direitos em discussão, dispõe o artigo 1º , nº 3, al. a) do CPT que: *“Nos casos omissos recorrer-se-á sucessivamente à legislação processual comum, civil ou penal que directamente os previna”.*

Com respaldo no mencionado dispositivo legal, a aplicação subsidiária do Processo Civil ao Processo do Trabalho depende do preenchimento de dois requisitos cumulativos – a omissão na legislação processual do trabalho e a compatibilidade entre os princípios assim como das regras gerais do Processo Civil com os do Processo de Trabalho.

Note-se que o artigo 44º nº 2 da Lei nº 4/2021 de 5 de Maio, Lei dos Tribunais de Trabalho estabelece que:

*“As normas subsidiárias não se aplicam, quando forem incompatíveis com os princípios gerais do direito processual do trabalho ou com a índole especial do processo regulado na presente Lei”.*

Assim sendo, o artigo 678º , nº do CPC aplica-se em primeira linha e especialmente ao processo civil, apenas subsidiariamente no processo de trabalho, alias como decorre igualmente do artigo 1º , nº 3, al. a) do CPT.

No caso em apreço, existe e está vigente o preceito legal aplicável em sede de processo laboral, não se justificando o uso do artigo 678º , nº 1 do CPC.

Em face do expendido, ao fundamentar a irrecorribilidade da decisão da Primeira Instância com base no valor da alçada, nos termos do artigo 678º nº 1 do CPC, quando haja previsão legal na lei processual laboral sobre a recorribilidade das decisões de jurisdição laboral, o Acórdão proferido pelo TSRM incorreu em violação do artigo 44º nº 2 da Lei Processual dos Tribunais de Trabalho, Lei nº 4/2021, de 05 de Maio, que altera e republica a Lei nº 10/2018, de 30 de Agosto.

Pelo que, procede a alegação da Agravante.

### **3. Decisão**

Termos em que, os Juízes Conselheiros do Tribunal Supremo, na 2ª Secção Cível – Laboral, no **processo nº 27/25-L**, em que são respectivamente Agravante **Electricidade de Moçambique, E.P. e Agravado Tomás Fernando Meleco**, decidem julgar procedente a alegação da Agravante, e, nos termos do artigo 762º nº 2 do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 1º nº 3, alínea a) do CPT, ordenam a baixa dos autos ao Tribunal Superior de Recurso de Maputo, para que ali se conheça de mérito à Apelação interposta.

Custas pela Agravante com o mínimo de imposto de justiça (cfr. artigo 446º , nº 1 do Código de Processo Civil, aplicável *ex vi* do artigo 1º , nº 3 al. a) do Código de Processo de Trabalho).

Registe-se e Notifique-se.

Maputo, 21 de Maio de 2025

*Ass: Felicidade Sandra Machatine Ten Jua, e José Norberto Carrilho e Pedro Sinai Nhatitima*